



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

EDITAL TRE-CE Nº 90021/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2025.0.000021625-9

OBJETO:	Aquisição de material de consumo necessário para execução das atividades cartórrarias nas Eleições Gerais de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
MODALIDADE: PREGÃO FORMA: ELETRÔNICA	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021 e SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis.	
UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Almoxarifado	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço	
DIVISIBILIDADE DO OBJETO: <input checked="" type="checkbox"/> (x) Divisível por item <input type="checkbox"/> () Divisível por grupo <input type="checkbox"/> () Indivisível	
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 8 DE ABRIL DE 2026, ÀS 9 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA).	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 208.030,20 (duzentos e oito mil, trinta reais e vinte centavos)	

MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO
APLICAM-SE OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 6º AO 8º DO DECRETO Nº 8.538, de 2015: <input checked="" type="checkbox"/> (X) Tipo I (licitação exclusiva ME/EPP) <input type="checkbox"/> () Tipo II (subcontratação de ME/EPP) <input type="checkbox"/> () Tipo III (cota principal e reservada) <input type="checkbox"/> () Não se aplicam.	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA: SIM (item 7)	PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA: NÃO SE APLICA

RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO 7 DO EDITAL)**PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES (CAPÍTULO 10 DO EDITAL)**

As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Os documentos relacionados ao planejamento da contratação, assim como o Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes>. Para acessá-los, basta selecionar a licitação correspondente no referido portal.

CÓDIGO UASG TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ - 070007

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90021/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio da Seção de Licitações, torna público, a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico n.º 90021/2026, visando à contratação do objeto abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006 e as normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material de consumo necessário para execução das atividades cartórrarias nas Eleições Gerais de 2026, conforme tabela abaixo e condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo 2 deste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE TOTAL
1	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores, impressão serigráfica colorida, empacotados de 20 em 20 unidades em saco plástico transparente, devidamente acondicionados em caixas de papelão de boa qualidade, de mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade.	UND	315666	18.980
2	CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO E APOIO. Confeccionada em papelão prensado de 5mm, de boa qualidade, comprimento 42cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acoplada à tampa da caixa, impressão 1X0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.	UND	467693	20.000

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE TOTAL
3	CARTÃO IDENTIF. MESÁRIOS / CARTÓRIO. Cartão de identificação, papel cartolina 240 g/m2, altura 120mm, largura 90mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo "rabo de rato" de comprimento 90cm preso por um nó em cada um dos orifícios localizados nas extremidades superiores do cartão. Entregar montado e acondicionados em sacos plásticos lacrados contendo 100 pacotes plásticos de 4 unidades, devidamente embalados em caixas de papelão de boa qualidade, mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade. Conforme modelo.	JOGO COM 4 CRACHÁS	317455	66.000
4	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE RESULTADO. Papel: autoadesivo, tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 64mm x 44mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deverá conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 17 ETIQUETAS	485798	3.880
5	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE VOTAÇÃO. Papel: autoadesivo; tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deverá conter 40 etiquetas; Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 40 ETIQUETAS	485797	869

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE TOTAL
6	<p>COLETE REFLETIVO TIPO FAIXA EM FORMATO “X”, na cor verde fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e apoio noturno. Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: faixa refletiva em formato “X”, estilo colete, de vestir diretamente sobre a roupa; • Cor base: verde fluorescente; • Material: poliéster, PVC ou material equivalente de alta resistência; • Faixas refletivas: em material retrorrefletivo de alta visibilidade, costuradas ou termossoldadas, com largura mínima de 4 centímetros; • Visibilidade: adequada para uso diurno e noturno, com reflexão eficiente sob iluminação artificial; • Ajuste: sistema de regulagem lateral por velcro, elástico ou fivelas, permitindo adaptação a diferentes biotipos; • Tamanho: único, com ajuste universal; • Fechamento: frontal, por velcro, fivela ou encaixe plástico; • Peso leve e conforto para uso prolongado 	UND	481824	204

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE TOTAL
7	<p>COLETE PARA SERVIDORES: TECIDO em brim verde-escuro; 100% algodão, sarja 2x1, gramatura 220g/m2, mangas cava; com zíper destacável medindo 45cm na cor preta; dois bolsos inferiores laterais com zíper na cor preta. Costuras na cor verde-escuro. Barra inferior, na cor do colete de 5cm, em todo colete.</p> <p>TAMANHOS tamanho “G” nas dimensões aproximadas: largura: 66 cm e altura: 71 cm; tamanho “M” nas dimensões aproximadas: largura: 53 cm e altura: 61 cm. Sendo 23 unidades de cada tamanho.</p> <p>GOLA: tecido duplo, tamanho aproximado 4,5cm.FRENTE: logotipo bordado, medindo 8 cm de altura por 8cm de largura, contendo o brasão da república, com as inscrições: JUSTIÇA ELEITORAL, na parte superior e TRE-CEARÁ na parte inferior, ambos na cor amarela.COSTAS: Pintura em silkscreen na cor amarela, com a inscrição: JUSTIÇA ELEITORAL em forma arqueada, letras tamanho: 2,5cm e abaixo FISCALIZAÇÃO, em letras no tamanho de 4,5cm.</p> <p>COM AMOSTRA</p>	UND	384423	46

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE TOTAL
8	SACOLA PARA MESÁRIOS. Fabricada em TNT, cor azul royal, gramatura 80g/m2, com fechamento total na largura em velcro de 2,5cm, pintura em silkscreen na cor branca 1 x 0, largura: 36cm, comprimento: 46cm. Alça em TNT, gramatura 80g/m2, comprimento: 40cm e largura: 2,5cm, distando 10cm das extremidades. Costas: bolso em TNT, gramatura 80g/m2, costurado, largura: 15cm e altura: 12cm, com visor transparente e abertura lateral.	UND	468331	1600

1.2. Após a fase de lances e envio das propostas na forma do item 4.5, a sessão será suspensa para que a licitante vencedora entregue amostra do produto cotado para o item 7 (colete), conforme as orientações divulgadas por mensagem no sistema, sendo facultado a todos os interessados, acompanharem a análise das amostras.

1.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar à **Seção de Almoxarifado deste Tribunal**, no horário das 8h às 16h (segunda a sexta-feira), **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da fase de lances**, uma **amostra SIMILAR** do colete, acompanhada de documento comprobatório (ex.: nota fiscal) que indique que o item foi confeccionado pela própria licitante.

1.4. A amostra será analisada pela Seção de Almoxarifado no prazo de **1 (um) dia útil** e, estando em conformidade com as especificações do edital, será emitido **formulário de aprovação**, o qual será encaminhado à Seção de Licitações para prosseguimento do certame.

1.5. A entrega da amostra poderá ser prorrogada, a critério da Administração, desde que o pedido seja devidamente justificado e apresentado antes do término do prazo originalmente estabelecido.

1.6. A amostra aprovada permanecerá na Seção de Almoxarifado até a efetiva entrega do material pela contratada, para fins de comparação, sendo devolvida após o recebimento definitivo.

1.7. Serão disponibilizados modelos de referência para os itens **1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8**, com exceção do item **6**, os quais ficarão disponíveis para consulta na **Seção de Almoxarifado do TRE-CE**, a fim de dirimir eventuais dúvidas quanto às especificações e à confecção dos materiais. Os modelos também poderão ser encaminhados aos interessados por meio eletrônico (e-mail), mediante solicitação.

1.8. A descrição detalhada do objeto, os requisitos da contratação, o modelo de execução contratual, gestão contratual e pagamentos estão detalhados no Anexo 2 - Termo de Referência.

1.9. A especificação do objeto de forma pormenorizada e de acordo com as justificativas contidas nos ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP - Anexo 3.

1.10. A licitação será realizada em 8 itens, conforme tabela constante no item 1.1. do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.11. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar desta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de

responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico.

2.7. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.8. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **valor unitário do item**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto 11.430/2023, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.2.6. que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da

Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. A falsidade das declarações mencionadas no item 3.2 e 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) de que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances, através da ferramenta do Comprasnet.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão e o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário proposto, por item, com a descrição do objeto, marca e modelo, considerado apenas até os centavos, com duas casas decimais, contendo as informações constantes no Anexo 1 - Modelo de Proposta e as especificações do Anexo 2 - Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 1 - Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, com especificação completa do material, marca, dos produtos cotados, preço unitário e total dos itens e do grupo, por meio de campo próprio do sistema, impreterivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser desclassificada.

4.5.1. Os produtos cotados deverão necessariamente atender à especificação do objeto, o ciclo de vida e os requisitos de sustentabilidade descritos no Termo de Referência, Anexo 2 deste edital.

4.6. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.5.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de prestar o serviço especificado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido pela Administração, seus ajustes e adequação necessários.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo TRE-CE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A partir da apresentação da proposta no presente procedimento licitatório, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa e seus representantes autorizam a divulgação dos seus dados pessoais, em razão de documentos apresentados durante o certame ou na fase contratual, ficando o TRE-CE eximido de descumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR DO ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze

segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa “aberto/fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.

5.18. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços

produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observado o critério estabelecido no edital e o valor estimado para a contratação.

5.21.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

5.21.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

5.21.3. A licitante será convocada para se manifestar quanto à negociação proposta no prazo máximo de 15(quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

5.21.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares especificados no item 4.5.1 deste edital.

5.21.5. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido por mais 2(duas) horas, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço e recebimento das propostas, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.23. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas

apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.5.1. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) pregoeiro(a) realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5.2. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5.3. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo(a) pregoeiro(a) ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

6.7.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

6.7.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove

a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL POR ITEM**, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo(a) pregoeiro(a) da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

7.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

7.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

7.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal, Estadual e Trabalhista, conforme segue:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a) como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

7.3.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista ([Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016](#)) obedecerá o seguinte:

7.3.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

7.4.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

7.4.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

7.4.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

7.4.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

7.4.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

7.4.9. As declarações previstas neste item 7.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

7.5. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

7.5.1. Os documentos e certidões exigidos para habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante, antes de findado o prazo estabelecido e poderão ser enviados mediante anexo ao sistema Compras.gov.br ou enviadas para o email enviadas para o e-mail selic@tre-ce.jus.br.

7.6. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será

habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.6.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.7. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.7.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

7.7.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

7.7.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

7.15.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.15.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 7.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, cabendo à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

7.16. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo terão vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicado ao (à) Pregoeiro(a) deste Tribunal.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

9.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII do item 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 9.1, bem como pelas

infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.2 d.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

9.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

9.5. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da decisão que aplicar a penalidade, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

9.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, solicitada por meio do email selic@tre-ce.jus.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

10.7. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

10.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

11. DA CONSULTA AO CADIN E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

11.1.1. Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

11.1.2. Persistindo o registro, após concedido o prazo previsto no item anterior, a situação será comunicada à autoridade superior para decisão quanto à homologação do certame.

11.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será realizada nova consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e à comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º-A da Lei 10522/2002.

11.3. Homologado o resultado desta licitação, a contratação será efetivada por meio de assinatura de termo de contrato ou confirmação de recebimento da Nota de Empenho.

11.4. O contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de convocação para sua assinatura.

11.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

11.6. É condição para a contratação manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRE/CE atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a Seção de Contratos deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

11.7. É facultado ao TRE/CE, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgado relatório final dos itens após encerrada a sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-ce.jus.br.

12.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

12.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Fortaleza/Ce com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e subanexos:

- ANEXO 1 – Modelo de Proposta
- ANEXO 2 – Termo de Referência
- ANEXO 3 - Estudos Técnicos Preliminares
- ANEXO 4 – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO 5 – Preços de Referência.

Fortaleza, 17 de março de 2026.

Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2026 - TRE/CE

ANEXO 1 - MODELO DE PROPOSTA

Dados da Empresa (NOME e CNPJ):

Endereço (incluindo CEP):

Fone e e-mail comercial:

Validade da proposta:

Dados Bancários:

Proposta de preços para aquisição de material de consumo necessário para execução das atividades cartórrarias nas Eleições Gerais de 2026, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores, impressão serigráfica colorida, empacotados de 20 em 20 unidades em saco plástico transparente, devidamente acondicionados em caixas de papelão de boa qualidade, de mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade	UND	18.980	R\$ (.....)	R\$ (.....)
2	CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO E APOIO. Confeccionada em papelão prensado de 5mm, de boa qualidade, comprimento 42cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acoplada à tampa da caixa, impressão 1X0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.	UND	20000	R\$ (.....)	R\$ (.....)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	CARTÃO IDENTIF. MESÁRIOS / CARTÓRIO. Cartão de identificação, papel cartolina 240 g/m², altura 120mm, largura 90mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo "rabo de rato" de comprimento 90cm preso por um nó em cada um dos orifícios localizados nas extremidades superiores do cartão. Entregar montado e acondicionados em sacos plásticos lacrados contendo 100 pacotes plásticos de 4 unidades, devidamente embalados em caixas de papelão de boa qualidade, mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade. Conforme modelo.	JOCO COM 4 CRACHÁS	66000	R\$, (.....)	R\$, (.....)
4	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE RESULTADO. Papel: autoadesivo, tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 64mm x 44mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deverá conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 17 ETIQUETAS	3880	R\$, (.....)	R\$, (.....)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE VOTAÇÃO. Papel: autoadesivo; tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deverá conter 40 etiquetas; Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 40 ETIQUETAS	869	R\$ (.....)	R\$ (.....)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	<p>COLETE REFLETIVO TIPO FAIXA EM FORMATO “X”, na cor verde fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e apoio noturno. Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: faixa refletiva em formato “X”, estilo colete, de vestir diretamente sobre a roupa; • Cor base: verde fluorescente; • Material: poliéster, PVC ou material equivalente de alta resistência; • Faixas refletivas: em material retrorrefletivo de alta visibilidade, costuradas ou termossoldadas, com largura mínima de 4 centímetros; • Visibilidade: adequada para uso diurno e noturno, com reflexão eficiente sob iluminação artificial; • Ajuste: sistema de regulagem lateral por velcro, elástico ou fivelas, permitindo adaptação a diferentes biotipos; • Tamanho: único, com ajuste universal; • Fechamento: frontal, por velcro, fivela ou encaixe plástico; • Peso leve e conforto para uso prolongado 	UND	204	R\$ (.....)	R\$ (.....)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	<p>COLETE PARA SERVIDORES: TECIDO em brim verde-escuro; 100% algodão, sarja 2x1, gramatura 220g/m2, mangas cava; com zíper destacável medindo 45cm na cor preta; dois bolsos inferiores laterais com zíper na cor preta. Costuras na cor verde-escuro. Barra inferior, na cor do colete de 5cm, em todo colete.</p> <p>TAMANHOS tamanho “G” nas dimensões aproximadas: largura: 66 cm e altura: 71 cm; tamanho “M” nas dimensões aproximadas: largura: 53 cm e altura: 61 cm. Sendo 23 unidades de cada tamanho.</p> <p>GOLA: tecido duplo, tamanho aproximado 4,5cm.FRENTE: logotipo bordado, medindo 8 cm de altura por 8cm de largura, contendo o brasão da república, com as inscrições: JUSTIÇA ELEITORAL, na parte superior e TRE-CEARÁ na parte inferior, ambos na cor amarela.COSTAS: Pintura em silkscreen na cor amarela, com a inscrição: JUSTIÇA ELEITORAL em forma arqueada, letras tamanho: 2,5cm e abaixo FISCALIZAÇÃO, em letras no tamanho de 4,5cm.</p>	UND	46	R\$ (.....)	R\$ (.....)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	SACOLA PARA MESÁRIOS. Fabricada em TNT, cor azul royal, gramatura 80g/m2, com fechamento total na largura em velcro de 2,5cm, pintura em silkscreen na cor branca 1 x 0, largura: 36cm, comprimento: 46cm. Alça em TNT, gramatura 80g/m2, comprimento: 40cm e largura: 2,5cm, distando 10cm das extremidades. Costas: bolso em TNT, gramatura 80g/m2, costurado, largura: 15cm e altura: 12cm, com visor transparente e abertura lateral	UND	1600	R\$, (.....)	R\$, (.....)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				R\$, (.....)	

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo 2 do Pregão Eletrônico 90021/2026.

_____/_____, de de 2026.

Identificação do Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2026 - TRE/CE

ANEXO 2- TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Aquisição de material de consumo necessário para execução das atividades cartórrarias nas Eleições Gerais de 2026 , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE
1	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores, impressão serigráfica colorida, empacotados de 20 em 20 unidades em saco plástico transparente, devidamente acondicionados em caixas de papelão de boa qualidade, de mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade.	UN	315666	18.980
2	CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO E APOIO. Confeccionada em papelão prensado de 5mm, de boa qualidade, comprimento 42cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acoplada à tampa da caixa, impressão 1X0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.	UN	467693	20.000
3	CARTÃO IDENTIF. MESÁRIOS / CARTÓRIO. Cartão de identificação, papel cartolina 240 g/m2, altura 120mm, largura 90mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo "rabo de rato" de comprimento 90cm preso por um nó em cada um dos orifícios localizados nas extremidades superiores do cartão. Entregar montado e acondicionados em sacos plásticos lacrados contendo 100 pacotes plásticos de 4 unidades, devidamente embalados em caixas de papelão de boa qualidade, mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade. Conforme modelo.	JOCO COM 4 CRACHÁS	317455	66.000
4	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE RESULTADO. Papel: autoadesivo, tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 64mm x 44mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deverá conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 17 ETIQUETAS	485798	3.880

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE
51	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE VOTAÇÃO. Papel: autoadesivo; tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deverá conter 40 etiquetas; Acondicionamento: embaladas em plástico transparente em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 40 ETIQUETAS UN	485797 315666	869 18.980
2	COLETA REFLETIVO MATERIAL FAIXA EM FORMATO "X" , cor verde fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e apoio noturno. Impressão 1X0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.	UN	467693	20.000
36	CARTÃO IDENTIF. MESÁRIOS / CARTÓRIO Cartão de identificação papel cartolina 240 g/m², base verde fluorescente, 90mm, impressão 4 x 0 cores com cor-de-rosa, branco tipo "rebolado ralo" de comprimento 90mm, preso por um nó em cada um dos orifícios localizados nas extremidades superiores do cartão. Entregar montado e acondicionado em saques plásticos lacrados contendo 100 pacotes plásticos de 4 unidades devidamente embalados em caixa de papelão de boa qualidade, mesmo tamanho e quantidade. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	JOCO COM 4 UNIDADES CRACHAS	317455 481824	66.000 204
4	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE RESULTADO. Papel: autoadesivo; tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 64mm x 44mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deverá conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 17 ETIQUETAS	485798	3.880

5	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE VOTAÇÃO. Papel: autoadesivo; tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deverá conter 40 etiquetas; Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.	CARTELA COM 40 ETIQUETAS	485797	869
	COLETE REFLETIVO TIPO FAIXA EM FORMATO "X" , na cor verde fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e			

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTIDADE
	COLETE PARA SERVIDORES: TECIDO em brim verde-escuro, 100% algodão, sarja 2x1, gramatura 220g/m ² , mangas cava; com zíper destacável vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, inventido para medindo 45cm na cor: preta; dois bolsos inferiores, laterais com zíper na cor preta. Costuras na cor verde-escuro. Barra inferior, na cor do colete de 5cm, em 20 unidades em saco plástico transparente, em todo colete devidamente acondicionados em caixas de papelão de boa qualidade, de mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade.	UN	315666	18.980
1	TAMANHOS tamanho "G" nas dimensões aproximadas: largura: 66 cm e altura: 71 cm;			
2	CAIXA DE PAPELÃO DE MATERIAIS DA SEÇÃO DE APOIO de 60 unidades em papelão de qualidade, comprimento 42cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acoplada à tampa da caixa, impressão 1x0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo, medindo 8 cm de altura por 8cm de largura, contendo o brasão da República , com as inscrições: JUSTIÇA ELEITORAL . Cartão de identificação, papel cartolina 240 g/m ² , altura 120mm, largura 90mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo "rabo de rato" de amarela. COSTAS: Pintura em silkscreen na cor amarela, com a inscrição: JUSTIÇA ELEITORAL em forma arqueada, letras tamanho: 2,5cm e abaixo FISCALIZAÇÃO em letras no tamanho de 1,5cm. Entrega montado e acondicionado em sacos plásticos lacrados contendo 100 pacotes plásticos de 4 unidades, devidamente embalados em caixas de papelão de boa qualidade, mesmo tamanho e	UNIDADE	384423	20.000
3	SACOLA PARA MESÁRIOS de 60 unidades em papel azul royal, gramatura 80g/m ² , com fechamento total na largura em velcro de 2,5cm, pintura em silkscreen na cor branca 1 x 0, largura: 36cm, comprimento: 46cm. Alça em TNT, gramatura 80g/m ² , 64mm x 44mm. Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m ² ; Adesivo: Hotmelt 25g/m ² , Liner: Couchê 80 a 90g/m ² ; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deve conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente em pacotes de 100 folhas.	JOCO COM 4 CRACHÁS	317455	66.000
8	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE RESULTADO . Papel: autoadesivo, tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 46mm x 44mm. Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m ² ; Adesivo: Hotmelt 25g/m ² , Liner: Couchê 80 a 90g/m ² ; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deve conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente em pacotes de 100 folhas.	UNIDADE CARTELA COM 17 ETIQUETAS	468331	1.600
4	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE VOTAÇÃO . Papel: autoadesivo, tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m ² ; Adesivo: Hotmelt 25g/m ² , Liner: Couchê 80 a 90g/m ² ; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deve conter 40 etiquetas.	UNIDADE CARTELA COM 17 ETIQUETAS	485798	3.880

1.2. O(s) bens(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. documento nº.0001292845

Vigência	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE VOTAÇÃO . Papel: autoadesivo, tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m ² ; Adesivo: Hotmelt 25g/m ² , Liner: Couchê 80 a 90g/m ² ; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deve conter 40 etiquetas.			
1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.				
5				
Reajuste	1.4. O valor da proposta será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) das 100 principais substâncias, após um ano da data do orçamento estimado (\$7º, artigo 21 da Lei nº 14.133/2021).			
1.5. À	COLETE REFLETIVO TIPO FANLA EM FORMATO médio de mercado venha a ser inferior ao valor contratado, o gestor de Contrato negociará com a CONTRATADA, com vistas a adequar o valor orçamentário ao preço praticado no mercado para atividades externas, especialmente em fiscalização e			

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Doc: 0001292845.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

Especificação do Objeto

3.1. A descrição do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, documento nº 0001292845:

3.2. De acordo com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19.01.2010, os materiais, ora licitados, devem atender a alguns critérios de sustentabilidade ambiental, tais como:

3.2.1. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT.

3.2.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.2.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.2.4. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Ciclo de Vida

3.3. Os objetos desta contratação deverão:

- ser aptos a proporcionarem economia de água e energia, de modo a haver compatibilidade com a conscientização ambiental;
- ser recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso;
- atender à seguinte destinação final: O TRE-CE destina resíduos secos, aqui produzidos, à associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis apta a realizar a coleta seletiva dos resíduos secos, por meio do Contrato nº 66/2021, firmado com a empresa Sociedade Comunitária de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Pirambu – Socrelp.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

4.1 Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados os requisitos constantes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**.

4.1.2. Nos termos do art. 5º da **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010**, os materiais licitados deverão atender, sempre que aplicável, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a) os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou

biodegradável, conforme normas da ABNT;

b) deverão ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do **INMETRO** como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de modo a garantir a proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) os bens não deverão conter substâncias perigosas em concentração superior à recomendada na **Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)**, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2 Modelos dos Itens

4.2.1. Serão disponibilizados modelos de referência para os itens **1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8**, com exceção do item **6**, os quais ficarão disponíveis para consulta na **Seção de Almoxarifado do TRE-CE**, a fim de dirimir eventuais dúvidas quanto às especificações e à confecção dos materiais.

4.2.2. Os modelos também poderão ser encaminhados aos interessados por meio eletrônico (e-mail), mediante solicitação.

4.3 Da Amostra na Fase de Lances – Item 7 (Colete)

4.3.1. Com o objetivo de verificar previamente a qualidade do material e a capacidade de confecção pela licitante, **será exigida amostra apenas para o item 7 (colete)**, durante a fase de julgamento da proposta.

4.3.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar à **Seção de Almoxarifado deste Tribunal**, no horário das 8h às 16h (segunda a sexta-feira), **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da fase de lances**, uma **amostra SIMILAR** do colete, acompanhada de documento comprobatório (ex.: nota fiscal) que indique que o item foi confeccionado pela própria licitante.

4.3.3. A amostra será analisada pela Seção de Almoxarifado no prazo de **1 (um) dia útil** e, estando em conformidade com as especificações do edital, será emitido **formulário de aprovação**, o qual será encaminhado à Seção de Licitações para prosseguimento do certame.

4.3.4. A entrega da amostra poderá ser prorrogada, a critério da Administração, desde que o pedido seja devidamente justificado e apresentado antes do término do prazo originalmente estabelecido.

4.3.5. A amostra aprovada permanecerá na Seção de Almoxarifado até a efetiva entrega do material pela contratada, para fins de comparação, sendo devolvida após o recebimento definitivo.

4.4 Da Amostra Final para Aprovação da Produção dos Materiais

4.4.1. Para os itens **1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8**, a Contratada deverá apresentar **amostra final idêntica ao modelo fornecido pela Administração e em conformidade com todas as especificações previstas no edital**, antes da produção total dos materiais.

4.4.2. A exigência da amostra final tem por objetivo **validar o arquivo de impressão, layout, dimensões, materiais e demais especificações técnicas**, garantindo que o material a ser produzido em escala esteja plenamente de acordo com o estabelecido pela Administração.

4.4.3. O prazo para apresentação da amostra final será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de envio, por e-mail, da **nota de empenho**.

4.4.4. A amostra será analisada pela **Seção de Almoxarifado**, que verificará sua conformidade com as especificações técnicas e com o modelo disponibilizado pela Administração.

4.4.5. Caso a amostra apresentada seja **rejeitada**, a Contratada terá **uma única oportunidade** para apresentar nova amostra em conformidade, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da comunicação da rejeição.

4.4.6. Após a aprovação da amostra final, a Seção de Almoxarifado emitirá **autorização formal para início da produção total dos materiais**.

4.4.7. Decorrido o prazo estabelecido sem apresentação de nova amostra ou permanecendo esta em desacordo com as especificações exigidas, tal fato será considerado **descumprimento contratual**, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis.

4.5 Garantia da Contratação

4.5.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista nos **arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, pelas razões constantes do **Estudo Técnico Preliminar**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Condições de execução

5.1. O prazo de entrega será de 15 (dez) dias úteis, com início a partir da aprovação da amostra final, conforme itens 4.2.6 e 4.2.13 para os coletes e restantes dos itens, respectivamente.

5.2. A entrega do material deverá ser agendada pelo e-mail: sealx@tre-ce.jus.br, com antecedência mínima de 24 horas, ou por meio de outro e-mail, a ser oportunamente divulgado.

5.3. A entrega do material ocorrerá nos seguintes locais: Seção de Almoxarifado do TRE-CE, localizada na Rua Dr. Pontes Neto, 800, Bairro Luciano Cavalcante, CEP: 60813-600, Fortaleza - CE.

Especificação da garantia do objeto (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou

pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal do contrato manterá histórico de gerenciamento do contrato com todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal do contrato informará à Seção de Contratos, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente à Secretaria de Administração.

6.7.5. Em caso de fornecimento, a Seção de Contratos comunicará ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Seção de Contratos para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Obrigações

6.9. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições aqui estabelecidas;
- b) verificar, no prazo fixado, a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações constantes estabelecidas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos aqui estabelecidos;

6.10. São obrigações da Contratada:

- a) a Contratada deve cumprir todas as obrigações aqui estabelecidas, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local aqui estabelecidos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 5(cinco) dias, o objeto com avarias ou defeitos;
- e) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na Nota Fiscal, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a

liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião em que será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.15 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.16 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.16.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

Forma de pagamento

7.17 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade.

7.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. Todavia, caso algum item previsto neste Termo de Referência ultrapasse o referido limite, entende-se pela **não aplicação da reserva de cota**, em caráter excepcional e devidamente motivado, com fundamento nas hipóteses legais de **inviabilidade técnica** e de **prejuízo à execução do conjunto do objeto**, nos termos da legislação vigente.

8.2.1. Os materiais destinam-se às Eleições Gerais, demandando padronização rigorosa, fornecimento uniforme e logística integrada para atendimento tempestivo às Zonas Eleitorais. A divisão do objeto por cotas, com a contratação de mais de um fornecedor por item, poderá resultar no fornecimento de materiais com características e qualidades distintas, comprometendo a uniformidade necessária à execução do objeto e afetando a confiabilidade dos insumos distribuídos.

8.2.2. Ainda que a entrega esteja prevista para um único local, a divisão do fornecimento por cotas implicará recebimentos em datas distintas, em razão da contratação de múltiplos fornecedores, o que dificulta significativamente o planejamento do recebimento e da posterior distribuição dos materiais, especialmente em período sensível do calendário eleitoral, no qual não é possível prever eventuais atrasos por parte das empresas contratadas.

8.2.3. Ademais, a contratação de mais de um fornecedor por item tornará excessivamente complexo o gerenciamento contratual, o controle de prazos, o recebimento, a conferência e a fiscalização, ampliando os riscos de atrasos, inconsistências no fornecimento e prejuízos à regularidade da execução, circunstâncias incompatíveis com a criticidade das atividades eleitorais.

8.2.4. Nesse contexto, a contratação por fornecedor único por item mostra-se mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, assegurando a padronização dos materiais, a previsibilidade dos prazos de entrega, a simplificação do gerenciamento contratual e a eficiência na execução, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

8.2.5. Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, a aplicação do tratamento favorecido às ME/EPP pode ser afastada quando comprovadamente prejudicial à execução do objeto ou ao conjunto da contratação, notadamente quando houver risco à padronização, à logística ou à eficiência administrativa (Acórdãos TCU nº 1.214/2013-Plenário, nº 2.471/2014-Plenário e nº 3.047/2019-Plenário).

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil,

publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.4.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4.8 Para o item 1: Ato de Autorização de Funcionamento - AFE para o exercício da atividade de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes, expedido pela Anvisa, nos termos do art.3º da Resolução nº 16/2014.

8.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.8. A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.5.8.1. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.5.8.2. Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.5.8.3. Consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.5.8.4. Consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.5.8.5. Consulta à lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1. O custo estimado da contratação será previsto no instrumento convocatório.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/070007;
- II) Fonte de Recursos:1000;
- III) Programa de Trabalho: 167.864 - Pleitos Eleitorais;
- IV) Elemento de Despesa: 339030 - material de consumo;
- V) Plano Interno: FUN MAT AUX

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Coordenador da COGEA, e a fiscalização será de responsabilidade do Chefe da Seção de Almoxarifado e, em suas ausências, de seus substitutos legais.

12. PENALIDADE

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) dar causa à inexecução total do contrato;
- IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência, quando a CONTRATADA der causa a inexecução parcial do Contrato, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);
- c) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o total do contrato pela sua inexecução parcial e de até 20% (vinte por cento) sobre o total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII do item 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 12.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 12.2 d.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implatação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da decisão que aplicar a penalidade, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

12.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de

outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

(Assinado eletronicamente)

Francisca Adiná Lima Mota
Técnico Judiciário
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)

Sílvia Helena Vasconcelos Benevides Cordeiro
Técnico Judiciário
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)

João Rafael Souto dos Santos
Coordenador Cogea
Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)

Hugo Pereira Filho
Secretário de Administração - TRE-CE

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I , Lei nº 14.133/2021)

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartórios sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

Analisou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [\[3\]](#)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I , Lei nº 14.133/2021)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
1	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores, impressão serigráfica colorida, empacotados de 20 em 20 unidades em saco plástico transparente, devidamente acondicionados em caixas de papelão de imprevedível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartórios sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.	UNIDADE
2	CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO E APOIO. Confeccionada em papelão prensado de 5mm, de boa qualidade com comprimento: 42cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acoplada à tampa da caixa, impressão 1X0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.	UNIDADE
3	CARTÃO IDENT. MESÁRIOS / CARTÓRIO. Cartão de identificação de aquisição em cartolina 340 g/m², altura 120mm, largura 90mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo "rabo de rato" de comprimento 90cm preso por um nó em uma das extremidades, para ser preso ao pescoço do usuário.	JOGO COM 4
4	CRACHÁS Resol. 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.	CRACHÁS
5	ENQUETAS 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deverá conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.	COM 17
6	ETIQUETAS 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deverá conter 40 etiquetas; Acondicionamento: embaladas em plástico transparente.	COM 40
7	PIE 2. PROVISÃO DE PEANO DE PUNHA DE CORMORAÇÃO (art. 18, §1º, inciso II) fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e apoio noturno. Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 202 6, dentro do Projeto Especificações Técnicas, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapela as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas até a diplomação dos eleitos.	UNIDADE
8	3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) Ajuste: sistema de regulagem lateral por velcro, elástico ou fivelas, permitindo adaptação a diferentes biotipos;	
9	Tamanho: único, com ajuste universal;	
10	Fechamento: frontal, por velcro, fivela ou encaixe plástico;	
11	Peso leve e conforto para uso prolongado	
12	ITEM DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
13	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.	

a) Seções Eleitorais: 23958

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I , Lei nº 14.133/2021)

b) Locais de Votação: 6778

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

c) Eleitorado: 7.004.894

A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartórios sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

4.3. MEMÓRIA DE CÁLCULO E/OU OUTROS DOCUMENTOS QUE SERVIRAM DE SUPORTE

PARA A DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem imprescindíveis da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estado refere-se à qualidade de materiais a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda de em 51 Jun 2025 0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

Analisou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas para a aquisição de coletes com referência adequada aos coletes existentes.

A solução considerada mais adequada consiste na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização de 25 Almoxarifado

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

CARTÃO IDENTIF. MESÁRIOS /

Todos os itens estão vinculados ao Projeto: Materiais e Serviços, com início de 240 g/m², dentro do Edital nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral, desde o período correspondente ao final do processo eleitoral até a prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

ITEM DESCRIÇÃO

UNIDADE
DE MEDIDA

ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO	Item calculado pela Coordenadoria de Eleições
<p>A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.</p>	<p>MÍDIA DE RESULTADO: Papel: autoadesivo; tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 64mm x 44mm; Frontal; Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deverá conter 17 etiquetas impressas.</p>	
<p>A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartorários sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.</p>	<p>Os materiais serão quantificados de acordo com a demanda em cada uma das seções eleitorais do Estado, considerando a possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.</p>	<p>Item calculado pela Coordenadoria de Eleições</p>
<p>Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.</p>	<p>MÍDIA DE VOTAÇÃO: Papel: autoadesivo; tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal; Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deverá conter 40 etiquetas.</p>	
<p>Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.</p>	<p>COLETE REFLETIVO TIPO FAIXA EM FORMATO "X" na cor verde fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, de modo a garantir a segurança e a identificação dos agentes de fiscalização.</p>	<p>2 Zona 20 Coordenação Propaganda Fortaleza</p>
<p>A solução considerada mais adequada para a aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como a aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso da equipe de fiscalização de fiscalização noturna.</p>	<p>• Tipo: faixa refletiva em formato "X", estilo colete, de vestir diretamente sobre a roupa;</p> <p>• Cor base: verde fluorescente;</p> <p>• Material: poliéster, PVC ou material equivalente de alta resistência;</p> <p>• Faixas refletivas: em material retrorrefletivo de alta visibilidade, costuradas ou termocoladas com largura mínima de 4 centímetros;</p> <p>• Visibilidade: adequada para uso diurno e noturno, com reflexão eficiente sob iluminação artificial;</p> <p>• Ajuste: sistema de regulagem lateral por velcro, elástico ou fivelas, permitindo ajuste universal;</p>	
2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)		
<p>Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com execução do item 6, da demanda no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.</p>		
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)		
<p>ITEM DESCRIÇÃO</p>	<p>• Tamanho: único, com ajuste universal;</p> <p>• Fechamento: frontal, por velcro, fivela ou encaixe plástico;</p> <p>• Peso leve e conforto para uso prolongado</p>	<p>UNIDADE DE MEDIDA</p>
<p>ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.</p>		

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021)

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartorários sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua respectiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estudo Técnico Preliminar será a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento das demandas que se encontra no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque.

Analizou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, já existente em estoque, bem como na aquisição de quantitativo de 204 faixas reflexivas, para uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

5.1. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

ITEM DESCRIÇÃO UNIDADE DE MEDIDA

ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.

A Secção de SOLUÇÃO 01

SEI 2025.0.000021625-9 / pg. 52

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso II) **ESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE RESULTADO.** Papel: autoadesivo, tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 64mm x 44mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couche

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais das mesas receptoras de votos das juntas apuradoras da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartorários sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram adquiridos anteriormente de 2026 de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estudo Técnico Preliminar refere-se à forma de entrega dos materiais, considerando a existência de coletes em estoque e a necessidade de aquisição de novos coletes.

Analizou-se a possibilidade de aquisição dos coletes com faixas reflexivas, considerando a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas individualmente, uma vez que cada folha deve ser adequada aos coletes existentes, conforme modelo em anexo.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição de um quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições - PIE, 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.	

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021)

SOLUÇÃO 06 **COLETE REFLETIVO TIPO FAIXA EM FORMATO "X"**, na cor verde fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e apoio noturno. **Fornecedor 1** **LOJA DO MECANICO** **Valor estimado 1** **R\$ 13,92** **Fornecedor 2** **FARDAS EXPRESS**

Valor estimado 2 **R\$ 12,50** A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartórios sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de uma delas, não seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

OBSERVAÇÕES **Em 28/01/2026** Outro questionamento deste Estudo Técnico Preliminar refere-se à forma de aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos de trabalho das seções eleitorais.

Analizou-se a possibilidade de aquisição de coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição de coletes existentes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 202 6, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes a diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo de alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

SOLUÇÃO 07 **COLETE PARA SERVIDORES - TECIDO EM BRIM VERDE ESCURO** **Fornecedor 2024** **FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA NETO** **Valor estimado** **R\$ 77,00** **Acréscimo 10% sobre o valor da última contratação**

PREÇO ÚLTIMA CONTRATAÇÃO **R\$ 70,00**

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

OBSERVAÇÕES **Em 28/01/2026** Valor estimado conforme plano de aquisição de 2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.	

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, § 1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021) NT, cor azul royal, gramatura 80g/m2, com fechamento total na largura em velcro de 2,00cm, pintura em silk screen na cor branca 1 x 0,5, largura: 38cm, comprimento: 40cm. Área das metras receptoras de votos: 10g/m2, comprimento: 2,30m, distando 10cm das extremidades. Costas: bolso em TNT, gramatura 80g/m2, costurado, largura: 15cm e altura: 12cm, com visor transparente e abertura lateral.

A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartórios sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

FORNECEDOR ELO CRIACOES TEXTIL LTDA
VALOR ESTIMADO R\$ 10,30
Acrescido 10% sobre o valor da última contratação
PREÇO ÚLTIMA CONTRATAÇÃO R\$ 9,37

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram adquiridos anteriormente em 2026 de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas refletivas, para atendimento da demanda criada pela escolha de 250 coletes para 2026, considerando a existência de estoque em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

5.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18, § 1º, inciso V)

A aquisição dos materiais objeto deste Estudo Técnico Preliminar faz-se necessária, imprescindível para a adequada aquisição dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades eleitorais nas eleições Gerais de 2026, conforme previsto na proposta orçamentária e no Planejamento Integrado das Eleições 2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente nos polos e bem como materiais essenciais para o apoio logístico à organização dos trabalhos eleitorais, à identificação de servidores e às atividades de controle das mídias utilizadas no processo de votação e apuração, não havendo solução alternativa que atenda, de forma satisfatória, às necessidades operacionais do pleito.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUA DE CONTRATAÇÕES (art. 18, § 1º, inciso II)

a) **Adesivo “Justiça Eleitoral”**: destinado à identificação dos veículos utilizados na prestação dos serviços eleitorais, contribuindo para a organização logística, segurança e reconhecimento Institucional durante o período do pleito;

b) **Caixa para material da seção e sacola para mesários e apoio**: necessárias ao acondicionamento, transporte e organização dos materiais utilizados nas seções eleitorais e nas atividades de apoio, assegurando a integridade e a correta distribuição dos insumos, candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

c) **Crachas de identificação para mesários e apoio**: destinados à identificação visual de todos os convocados que atuarão no pleito, garantindo controle, segurança e adequada comunicação com eleitores e equipes de trabalho;

d) **Canetas de enquetes para mídias de votação e de resultado** [3]: essenciais à correta identificação e rastreabilidade das mídias utilizadas nas urnas eletrônicas, contribuindo para a segurança, organização e confiabilidade do processo eleitoral;

e) Colete refletivo tipo faixa em formato “X”: destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e apoio noturno.

ITEM **DESCRIÇÃO** **UNIDADE**
f) Coletes para servidores – fiscalização de propaganda: considerando as atividades de fiscalização da propaganda eleitoral a serem desenvolvidas por esta Justiça Eleitoral, verifica-se a necessidade de aquisição de 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.

necessidade de identificação dos servidores designados para tal atribuição nas zonas eleitorais de todo o Estado, por meio da utilização de coletes institucionais, favorecendo o caráter formal, a visibilidade e a credibilidade necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartórios sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI)

Considerando o quantitativo de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores, impressão serigráfica colorida, empacotados de 20 em 20 unidades, em saco plástico transparente devidamente acondicionado em caixas de papelão de boa qualidade, de mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade.	UN	18.980	R\$ 1,35	R\$ 25.623,00

Resalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estudo, refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

Analisou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato “X”, destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO E APOIO. Confeccionada em papelão prensado de 5mm, de uso imediato, com formato retangular, com comprimento de 100cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acolada à tampa da caixa, impressão 1x0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	VALOR TOTAL
2	CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO E APOIO. Confeccionada em papelão prensado de 5mm, de uso imediato, com formato retangular, com comprimento de 100cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acolada à tampa da caixa, impressão 1x0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.	UN	20.000	R\$ 3,24	R\$ 64.800,00

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 202 6, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL
1	<p>CAIXA DE ADESIVO JUSTICA ELEITORAL - Faixa refletiva, na cor verde, em formato "X", para uso em cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e das mesas de votação nas Eleições Gerais de 2026. Dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.</p> <p>A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar a regular, eficiente e satisfatória realização das atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartorários.</p>	UN	18.980	R\$ 25.623,00
2	<p>FAIXAS REFLEXIVAS - Faixas refletivas; em material transparente, sobre a qual pode ser acondicionado o material de papelão, de boa qualidade, de comprimento 42cm, para uso em cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e das mesas de votação nas Eleições Gerais de 2026.</p> <p>Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.</p> <p>Analizou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.</p> <p>A solução encontrada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, com o quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso em cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e das mesas de votação nas Eleições Gerais de 2026.</p>	UN	20.000	R\$ 64.000,00
3	<p>JOGO COM CRACHÁS - Cartão de identificação, papel cartolina 240g/m2, altura 120 mm, largura 90 mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo "rabo de rato" de comprimento 90cm, preso por um nó em cada um dos orifícios localizados nas extremidades superiores do cartão. Entregar montado e acondicionado em sacos plásticos lacrados contendo 100 unidades.</p>	JOGO COM 4 CRACHÁS	66.000	R\$ 88.440,00

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidatura, eleição, prestação de contas, até a diplomação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]

ITEM	DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR TOTAL
1	<p>COLETE PARA SERVIDORES - TECIDO em brim verde-escuro; 100% algodão, sarfá 2x1 gramatura 220g/m2, mangas cava, com zíper na cor preta. Costuras na cor verde-escuro. Para interior na cor do colete de 5cm, em todo colete. TAMANHOS em sacos plásticos transparentes devidamente acondicionados em caixas de papelão de boa qualidade de mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade.</p> <p>Os materiais são necessários para garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais e para a possibilidade de realização de segundo turno em todo o território. Não há possibilidade de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, portanto, a aquisição hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre a primeira e eventual segunda eleição.</p>	UN	18.980	R\$ 25.623,00
7	<p>Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução das Ações Eleitorais de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à realização das eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual falha de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.</p> <p>Outro que se refere a este Edital refere-se a forma de tornar viável a aquisição de coletes para faixas reflexivas. O item na demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em áreas e nas zonas eleitorais.</p> <p>Conforme modelo anexo, analisar e adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes. A solução encontrada foi a aquisição de coletes em tecido.</p> <p>forma arqueada, letras tamanho: 2,5cm</p> <p>A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo e abaixo.</p>	UN	46	R\$ 3.381,00
2	<p>CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO DE APOIO confeccionada em papelão prensado de 5mm de espessura, com comprimento de 42cm de largura, contendo o brasão da Justiça Eleitoral na parte superior, impressa no lado da tampa da caixa, com uma faixa reflexiva na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades.</p> <p>Conforme modelo anexo, analisar e adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes. A solução encontrada foi a aquisição de coletes em tecido.</p> <p>forma arqueada, letras tamanho: 2,5cm</p> <p>A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo e abaixo.</p>	UN	20.000	R\$ 3.240,00
8	<p>SACOLA PARA MESÁRIOS. Fabricada em TNT, cor azul royal, gramatura 80g/m2, com fechamento total na largura em velcro de 2,5cm, pintura em silkscreen na cor branca.</p> <p>Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com o experimento: item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o fluxo de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao início do prazo de alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidatura, realização das eleições, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.</p> <p>CAIXA DE IDENTIFICAÇÃO Cartão de identificação, papel transparente 240g/m2, altura 120 mm, largura 90 mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo total.</p>	UN	1.600	R\$ 984,00
3	<p>3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]</p> <p>Quantidade de comprimento 90cm (prespor um nó em cada um dos orifícios localizados nas extremidades superiores do cartão. Entregar montado e acondicionados em sacos plásticos de 4 unidades, devidamente embalados em caixas de papelão de boa qualidade.</p>	JOGO COM 4 CRACHÁS	66.000	R\$ 88.440,00
7	<p>7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII)</p> <p>Trata-se de materiais de consumo, conforme especificações técnicas</p>	UNIDADE DE MEDIDA		
	<p>ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL Cartão colorado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.</p>			
TOTAL:				R\$ 205.678,59

constantes do item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, destinado ao apoio logístico e operacional das Eleições Gerais de 2026, a fim de assegurar o pleno funcionamento das seções eleitorais, das juntas apuradoras e dos cartórios eleitorais em todo o Estado.

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026. A solução proposta contempla a contratação de materiais padronizados, tradicionalmente utilizados nos pleitos eleitorais, essenciais à identificação de servidores e mesários, ao acondicionamento e transporte de materiais, à organização dos trabalhos eleitorais e ao controle das mídias de votação e de resultado, garantindo regularidade, eficiência e segurança na execução das atividades inerentes ao processo eleitoral, bem como a aquisição de coletes reflexivos, como forma de atendimento à demanda formalizada no SEI nº 2025.0.000013610-7, destinados a reforçar a segurança e a visibilidade das equipes durante as atividades externas, especialmente em fiscalização noturna.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII)

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais de contratação que serão adquiridos por vias próprias, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

(X) Não. Não se justifica que os itens constantes deste Edital sejam adquiridos de forma parcelável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

8.2. Trata-se de Sistema de Registro de Preços?

Analisou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.

(X) Não. Não se justifica a ocorrência das hipóteses previstas no art. 3, Decreto nº 11.462/2023.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (economicidade e melhor aproveitamento de recursos humanos/materiais/financeiros) (art. 18, §1º, inciso IX)

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

Pretende-se, com a presente contratação, assegurar a aquisição tempestiva dos materiais necessários à execução dos trabalhos nas seções eleitorais, juntas apuradoras e cartórios eleitorais em todo o Estado, de modo a garantir a regular realização das Eleições Gerais de 2026. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de busca, ainda, promover o adequado planejamento e a racionalização do uso dos recursos públicos, mediante a aquisição antecipada e em quantitativos compatíveis com a demanda prevista, evitando contratações emergenciais, desperdícios de materiais e eventuais interrupções nas atividades eleitorais, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

Com a solução adotada, espera-se otimizar o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, assegurar a padronização dos insumos utilizados no pleito e contribuir para a eficiência, a economicidade, a organização e a regularidade dos serviços prestados por esta Justiça Eleitoral.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) ^[3]

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X)

Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico ou de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente para a execução do objeto da contratação.

(X) Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente.

ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.

() Sim

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I , Lei nº 14.133/2021)

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo necessários a capacitação de servidor para a execução contratual?
Sera necessária a capacitação de servidor para a execução contratual?
(x) Não

() Sim. A capacitação será realizada pela Contratada, sendo que a capacitação compõe obrigação contratual a ser prevista no respectivo Termo de Referência.
A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartorários sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

Resposta: que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, logística reversa, reciclagem de bens e refugos) (art. 18, §1º, inciso XII)

Analisou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.

O TRE-CE destina resíduos secos, aqui produzidos, à associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis para a realização de coleta seletiva dos resíduos secos, por meio do contrato já existente, firmado com a empresa socializada com quantia de R\$ 204 faixas reflexivas em formato "Pirâmide Social", usado da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

13. ANÁLISE DE RISCOS

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O Risco Instrumento de gestão de serviço de pelo Justiça Eleitoral do Ceará que consiste no amplo rol de informações e documentos em div. nº 12372006 do processo nº 181038/2015 (pesquisa de sala para implem. de logística reversa), bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

Probabilidade () Baixa 1 () Média 3 (x) Alta 4 () Extremo 5

Impacto () Baixo 1 () Médio 3 (x) Alto 4 () Extremo 5

NÍVEL DE RISCO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]

Risco (Probabilidade X Impacto) () Baixo 1 -4 () Médio 5 -11 (x) Elevado 12 - 19 () Extremo 20 -25

Danos

Potenciais

Diferenças de qualidade entre os materiais, dificuldades na readequação das quantidades por local de entrega, atrasos na distribuição às zonas eleitorais, aumento da complexidade do controle e da fiscalização contratual.

UNIDADE DE MEDIDA

ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021) Contratação em fornecedor único por item, planejamento logístico integrado. as rigorosas e

Ação mitigatória A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo

Recurso RH, estação de trabalho e acesso à internet

Requeridos destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das RH, estação de trabalho e acesso à internet

Requeridos das RH, estação de trabalho e acesso à internet

A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas à execução dos trabalhos eleitorais e cartorários sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Responsável Autoridade competente para autorizar a contratação

Caso a Administração opte pela contratação de mais de um fornecedor por item, Os materiais serão estabelecidos de modo a garantir a organização técnica e a fiscalização no eleitoral do Estado, considerando a possibilidade de especificação de segredo de pombal de o território estadual, regulação da criação da planilha de controle de despesas que se realize para o do Estado, bem como a existência de um laboratório para a realização de análises de qualidade e falsas no seguimento.

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Ato Geral das Eleições de 2026, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Recurso RH, estação de trabalho e acesso à internet

Requeridos para a utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Responsável Chefe da Sealx/ Coordenador da COGEA

Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque que não possuem as faixas reflexivas.

GESTOR DO RISCO Secretário de Administração e TRE-CE

Analizou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato "X", destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

Risco 2: Entrega de material em desconformidade com as especificações técnicas.

Probabilidade () Baixa 1 (x) Média 3 () Alta 4 () Extremo 5

Impacto () Baixo 1 () Médio 3 (x) Alto 4 () Extremo 5

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

Nível do Risco Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 202 6, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com previsão de item 6, de acordo com o SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e utilização dos materiais e serviços necessários para a realização das atividades eleitorais, correspondendo a uma fase do processo eleitoral, a saber, a fase de planejamento e gestão de materiais e serviços, voltada para a realização de atividades de planejamento e gestão de materiais e serviços, até a diplomação dos eleitos.

Danos Potenciais Definição clara e detalhada das especificações técnicas no termo de referência, bem como acompanhamento do processo de aquisição e verificação rigorosa da conformidade dos materiais no momento do recebimento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]

Recurso RH, estação de trabalho e acesso à internet

Requeridos

Responsável Comissão de Recebimento

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.	

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021).

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º inciso I, Lei nº 14.133/2021)

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das urnas eletrônicas e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

A Seção de Almoxarifado é a unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das urnas eletrônicas e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

1. Avaliação da viabilidade de suprimento alternativo, mediante utilização de

1 **Avaliação da viabilidade de suprimento alternativo**, mediante utilização de A aquisição dos itens relacionados neste Estudo Técnico Preliminar mostra-se necessária e estoque remanescente, redistribuição interna ou adoção de outra contratação imprescindível para assegurar que todas as atividades relativas a execução dos trabalhos eleitorais e cartórios sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o Brasil.

Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno atendimento das demandas eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de deslocamento do território estadual, em razão do cenário de polarização nacional, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de uma intervenção entre o primeiro e o eventual segundo turno.

Requisitos

Responsável Chefe da Sealy/ Coordenador da COGEA

Resto - que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução do Secretário de Administração do TRE-CE, foram aqui relacionados por se tratarem de materiais essenciais à utilização nas eleições vindouras, podendo seguir trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

Risco 3. Não cumprimento do prazo de entrega do material

Probabilidade () Baixa 1 (x) Média 3 () Alta 4 () Extremo 5
Analisou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas, entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido. (x) Alto 4 () Extremo 5

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato “X”, destinadas ao **(b) Baixa** equipe **(d) Médio** e as atividades de fiscalização noturna.

☒ **Nível do Risco**
☐ Baixo (1-4) ☒ **Médio (5-11)** ☐ Alto (12-19) ☐ Extremo (20-25)
 (Probabilidade X Impacto)

REVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º inciso II)

Potenciais Nihil, comprometendo a organização e a distribuição do material as secções eleitorais.

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com o sistema de controle denominado **Projeto 2025.00013610-7**. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral e registra quem realiza o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente à eleição até o dia da prestação de contas, passando pelo registro de candidaturas, votações, tribunais, Registração Eleitoral, divulgação de resultados, prestação de contas, até a divulgação dos eleitos e o encaminhamento, caso existentes, como forma de viabilizar a aquisição do material dentro do prazo necessário.

3. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO (arts. 18, §1º e inciso III) [3]

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]

Responsável Chefe da Sealx/ Coordenador da COGEA

GESTOR DO Secretário de Administração do TRE-CE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
------	-----------	-------------------

ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I , Lei nº 14.133/2021)

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso XIII) [13]

A Seção de Armazenamento e a Unidade responsável pela aquisição dos materiais de consumo destinados à execução dos trabalhos dos cartórios eleitorais, das mesas receptoras de votos, das juntas apuradoras e da diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2026.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item “7. Aquisição das faixas de sinalização” demonstrada ser tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, as atividades relativas à execução dos trabalhos das demandas cartorárias sejam desenvolvidas de forma regular, eficiente e satisfatória. Tendo a análise da aquisição das faixas de sinalização demonstrado tratar-se da alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico. Os materiais serão quantificados de modo a garantir o pleno funcionamento de todas as seções eleitorais do Estado, considerando-se a elevada possibilidade de realização de segundo turno em todo o território estadual, em razão do cenário de polarização nas eleições presidencial e para o Governo do Estado, bem como da inexistência de tempo hábil para a realização de aquisição adicional no intervalo entre o primeiro e o eventual segundo turno.

(Assinado eletronicamente)
Francisca Adina Lima Mota
Técnico Judiciário

Integrante Demandante

Ressalte-se que os itens constantes deste processo, por serem independentes da publicação da Resolução dos Atos Gerais das Eleições de 2026, foram adquiridos por se tratarem de materiais essenciais à utilização das Eleições vindouras. Sendo o caso, poderá seguir o trâmite próprio, de forma que, em caso de eventual fracasso de algum item, seja possível a sua tempestiva nova aquisição.

Técnico Judiciário
Integrante Técnico

Outro questionamento deste Estudo refere-se à forma de tornar viável a aquisição de coletes com faixas reflexivas, para atendimento da demanda contida no SEI nº 2025.0.000013610-7, considerando a existência de coletes em estoque nos polos e nas zonas eleitorais.

(Assinado eletronicamente)
João Rafael Souto dos Santos
Coordenador Coge

Integrante Administrativo

Analisou-se a possibilidade de adquirir novos coletes com faixas reflexivas; entretanto, constatou-se a inviabilidade de aquisição de faixas reflexivas autocolantes, uma vez que não haveria aderência adequada aos coletes existentes, confeccionados em tecido.

A solução considerada mais adequada consistiu na aquisição dos coletes faltantes, conforme modelo já existente em estoque, bem como na aquisição do quantitativo de 204 faixas reflexivas em formato “X”, destinadas ao uso da equipe durante as atividades de fiscalização noturna.

2. PREVISÃO NO PLANO DE ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

Todos os itens estão vinculados ao Planejamento Integrado das Eleições – PIE - 2026, dentro do Projeto: Materiais e Serviços, com exceção do item 6, demandado no SEI nº 2025.0.000013610-7. O PIE é o instrumento de gestão desenvolvido pela Justiça Eleitoral do Ceará que consolida o amplo rol de informações referentes às diversas etapas do processo eleitoral e mapeia as ações de infraestrutura, logística e capacitação, bem como as atividades eleitorais propriamente ditas, desde o período correspondente ao final do prazo do alistamento eleitoral, passando pelo registro de candidaturas, votação, apuração, totalização, divulgação dos resultados, prestação de contas, até a diplomação dos eleitos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III) [3]

ITEM DESCRIÇÃO

UNIDADE
DE MEDIDA

ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39.5 x 8cm. invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2026 - TRE/CE

ANEXO 4 - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º/2026

SEI N.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º/2026

Contrato de que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado CONTRATANTE, representado neste ato por, no uso da competência atribuída pela Portaria, e a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na, telefone, e-mail, doravante denominada CONTRATADA, representada por, tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º e em observância as disposições da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. A proposta da CONTRATADA;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$

5.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/02/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O CONTRATANTE compromete-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo;
- c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei n.º 14.133 de 2021;
- f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato;

- g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste
- h.1) a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- j) abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA compromete-se a:

- a) cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) responsabilizar-se pelo vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990);
- c) comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Certidão de Regularidade com a Receita Estadual do domicílio da sede da CONTRATADA, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.
- f) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- g) comunicar ao gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- h) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

terceiros;

i) manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

j) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

k) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

l) **efetuar o credenciamento do seu representante legal como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE, salvo em casos específicos a serem decididos pelo CONTRATANTE, conforme instruções contidas na página oficial do Tribunal Eleitoral do Ceará na internet (<https://www.tre-ce.jus.br/servicos-judiciais/processos/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>). O acesso externo ao sistema possibilitará ao usuário receber notificações/intimações, acompanhar processos administrativos dos quais seja parte e assinar documentos que lhe sejam disponibilizados, tais como contratos, aditivos e apostilas;**

m) **assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização do documento para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE;**

n) abster-se de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

o) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do Contrato;

d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer farude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas no Edital.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

11.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze)

dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

12.3. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará a empresa constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

13.2. Foi emitida em, a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número, no valor de R\$visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Com base no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.709/2018, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a divulgar os dados essenciais à efetivação do contrato administrativo referentes à empresa, seus sócios e representantes legais.

17.2. As comunicações feitas pelo CONTRANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial apresentada pela empresa, devendo a CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

Fortaleza/CE, data registrada no sistema.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90021/2026 - TRE/CE

ANEXO 5 – PREÇOS DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	ADESIVO JUSTIÇA ELEITORAL. Confeccionado em vinil 0,08mm, dimensões 39,5 x 8cm, invertido para colagem interna em vidro de veículos automotores, impressão serigráfica colorida, empacotados de 20 em 20 unidades em saco plástico transparente, devidamente acondicionados em caixas de papelão de boa qualidade, de mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade.	UNIDADE	18980	R\$ 1,29	R\$ 24.484,20
2	CAIXA PAPELÃO P/ MATERIAL DA SEÇÃO E APOIO. Confeccionada em papelão prensado de 5mm, de boa qualidade, comprimento 42cm, largura: 10cm, altura 25cm, com alça acoplada à tampa da caixa, impressão 1X0 na cor preta, amarradas de 25 em 25 unidades. Conforme modelo.	UNIDADE	20000	R\$ 3,95	R\$ 79.000,00
3	CARTÃO IDENTIF. MESÁRIOS / CARTÓRIO. Cartão de identificação, papel cartolina 240 g/m2, altura 120mm, largura 90mm, impressão 4 x 0 cores, com cordão branco tipo "rabo de rato" de comprimento 90cm preso por um nó em cada um dos orifícios localizados nas extremidades superiores do cartão. Entregar montado e acondicionados em sacos plásticos lacrados contendo 100 pacotes plásticos de 4 unidades, devidamente embalados em caixas de papelão de boa qualidade, mesmo tamanho e contendo a mesma quantidade. Conforme modelo.	JOCO COM 4 CRACHÁS	66000	R\$ 1,17	R\$ 77.220,00

4	<p>CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE RESULTADO. Papel: autoadesivo, tamanho A4; Dimensões da etiqueta: 64mm x 44mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo. Cada folha deverá conter 17 etiquetas impressas. Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.</p>	CARTELA COM 17 ETIQUETAS	3880	R\$ 0,94	R\$ 3.647,20
5	<p>CARTELA DE ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA IDENTIFICAÇÃO MÍDIA DE VOTAÇÃO. Papel: autoadesivo; tamanho A4, Dimensões da etiqueta: 37,5mm x 21mm; Frontal: Offset branco fosco 60 a 75g/m²; Adesivo: Hotmelt 25g/m²; Liner: Couchê 80 a 90g/m²; Acabamento: meio-corte para destacar cada etiqueta individualmente, conforme modelo; Cada folha deverá conter 40 etiquetas; Acondicionamento: embaladas em plástico transparente, em pacotes de 100 folhas.</p>	CARTELA COM 40 ETIQUETAS	869	R\$ 1,62	R\$ 1.407,78

6	<p>COLETE REFLETIVO TIPO FAIXA EM FORMATO "X", na cor verde fluorescente, destinado à sinalização e identificação visual de usuários em atividades externas, especialmente em fiscalização e apoio noturno. Especificações Técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: faixa refletiva em formato "X", estilo colete, de vestir diretamente sobre a roupa; • Cor base: verde fluorescente; • Material: poliéster, PVC ou material equivalente de alta resistência; • Faixas refletivas: em material retrorrefletivo de alta visibilidade, costuradas ou termossoldadas, com largura mínima de 4 centímetros; • Visibilidade: adequada para uso diurno e noturno, com reflexão eficiente sob iluminação artificial; • Ajuste: sistema de regulação lateral por velcro, elástico ou fivelas, permitindo adaptação a diferentes biotipos; • Tamanho: único, com ajuste universal; • Fechamento: frontal, por velcro, fivela ou encaixe plástico; • Peso leve e conforto para uso prolongado 	UNIDADE	204	R\$ 43,39	R\$ 8.851,56
---	--	---------	-----	-----------	--------------

7	<p>COLETE PARA SERVIDORES: TECIDO em brim verde-escuro; 100% algodão, sarja 2x1, gramatura 220g/m2, mangas cava; com zíper destacável medindo 45cm na cor preta; dois bolsos inferiores laterais com zíper na cor preta. Costuras na cor verde-escuro. Barra inferior, na cor do colete de 5cm, em todo colete.</p> <p>TAMANHOS tamanho “G” nas dimensões aproximadas: largura: 66 cm e altura: 71 cm; tamanho “M” nas dimensões aproximadas: largura: 53 cm e altura: 61 cm. Sendo 23 unidades de cada tamanho.</p> <p>GOLA: tecido duplo, tamanho aproximado 4,5cm.FRENTE: logotipo bordado, medindo 8 cm de altura por 8cm de largura, contendo o brasão da república, com as inscrições: JUSTIÇA ELEITORAL, na parte superior e TRE-CEARÁ na parte inferior, ambos na cor amarela.COSTAS: Pintura em silkscreen na cor amarela, com a inscrição: JUSTIÇA ELEITORAL em forma arqueada, letras tamanho: 2,5cm e abaixo FISCALIZAÇÃO, em letras no tamanho de 4,5cm.</p>	UNIDADE	46	R\$ 70,51	R\$ 3.243,46
8	<p>SACOLA PARA MESÁRIOS. Fabricada em TNT, cor azul royal, gramatura 80g/m2, com fechamento total na largura em velcro de 2,5cm, pintura em silkscreen na cor branca 1 x 0, largura: 36cm, comprimento: 46cm. Alça em TNT, gramatura 80g/m2, comprimento: 40cm e largura: 2,5cm, distando 10cm das extremidades. Costas: bolso em TNT, gramatura 80g/m2, costurado, largura: 15cm e altura: 12cm, com visor transparente e abertura lateral.</p>	UNIDADE	1600	R\$ 6,36	R\$ 10.176,00
VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA				R\$ 208.030,20	



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ, CHEFE DE SEÇÃO**, em 17/03/2026, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&d_orgao_acesso_externo=0&cv=0001373677&crc=27C64A93, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001373677** e o código CRC **27C64A93**.

2025.0.000021625-9

0001373677v2